

## TEXTO-BASE - TEMÁRIO DO 33º CONECEP

### 1) Defesa da Caixa

A defesa da Caixa 100% pública e a serviço dos brasileiros tornou-se ainda mais prioridade para os empregados banco e suas entidades representativas. Esse modelo foi fundamental para o crescimento econômico e social do país, principalmente a partir de 2003, sobretudo em razão da parceria estratégica na execução de políticas públicas. É dessa Caixa que o Brasil precisa.

Apesar disso, o que temos visto caminhando a passos largos é um projeto do governo voltado para o enfraquecimento e o desmonte do banco. Entre as propostas, está a de entregar à iniciativa privada setores como habitação, loterias e cartões. Alia-se a isso um plano para fechar agências e áreas meio e, assim, reduzir a atuação da Caixa. Os trabalhadores do banco sempre resistiram. E agora não será diferente.

### 2) Saúde e Condições de Trabalho

O clima das unidades da Caixa de todo o país é de angústia e desânimo. Apesar da dedicação diária dos empregados, reconhecida pelos clientes e brasileiros em geral, a direção da empresa insiste em desvalorizar a categoria. Agências com problemas estruturais, falta de pessoal, práticas antissindiciais, descomissionamentos arbitrários, fechamento e fusão de áreas. Tudo contribui para o ambiente de terror.

Os trabalhadores da Caixa estão adoecendo mais. Fisicamente e, sobretudo, mentalmente. O problema dos suicídios nos locais de trabalho é gravíssimo, mas segue sendo negligenciado. Existe uma proposta para realização de uma oficina para a criação de uma política de saúde mental. Apesar de alguns avanços, nada ainda foi concretizado a respeito do tema.

### 3) Saúde Caixa

Apesar de problemas, muitos deles antigos, o Saúde Caixa é um dos melhores planos de saúde do país. A direção do banco, no entanto, está decidida a mudar essa realidade. No final de março, o presidente Gilberto Occhi admitiu que está negociando com o governo federal mudanças no plano, a fim de reduzir as provisões que a Caixa é obrigada a fazer para cobrir despesas futuras. Esquece ele, porém, que as regras do Saúde Caixa estão definidas no ACT 2016/2018.

O plano é superavitário e sustentável. O que a direção do banco quer está claro: alterar o modelo de custeio, impactando no custo do plano para os trabalhadores. Ela defende um teto de gastos baseado em percentual da folha de pagamento, o que também vai prejudicar sobremaneira os usuários, sobretudo com a redução do quadro de pessoal que está em curso.

### 4) Previdência

Combinadas, a reforma da Previdência, a terceirização irrestrita e a reforma trabalhista quebrarão o Regime Geral da Previdência Social e muitos fundos de pensão. Sozinha, porém, apenas a reforma da Previdência tende a excluir um grande contingente de contribuintes, com reflexos dramaticamente negativos sobre as receitas do setor. Isso poderá ocorrer porque a exigência de 65 anos de idade e 49 anos de contribuição, para o caso de aposentadoria integral, menospreza a realidade do mercado de trabalho

no Brasil, caracterizado pelas altas taxas de rotatividade e de informalidade, além de um custo de mão de obra dos mais baixos do mundo.

De um total de 79 milhões de empregos no setor privado, apenas cerca de 36 milhões têm carteira assinada com contribuições contínuas e regulares para a Previdência. As mudanças propostas para o setor vão agravar ainda essa situação, constituindo um forte e agudo retrocesso histórico. Essa reforma aponta ainda na direção da completa destruição do contrato social, mudando o modelo de sociedade que foi pactuado pela Constituição Cidadã de 1988, que criou pela primeira vez na história republicana do país o princípio da Seguridade Social, abrangendo três segmentos que beneficiam diretamente indistintamente a população: a Previdência, a saúde e a assistência social.

Portanto, a proposta de reforma de Previdência acaba com o direito à previdência pública e, desse modo, viabiliza o fortalecimento das empresas privadas do setor, subsidiárias dos grandes bancos. Trata-se de um roubo institucionalizado do direito a uma aposentadoria digna. Em razão disso, a adesão ao sistema público será desmotivada, com expulsão dos atuais contribuintes e incentivo à migração para a Previdência privada. Todas essas possibilidades vão produzir consequências gravíssimas na quebra da arrecadação do RGPS, comprometendo a sobrevivência do sistema.

## **5) Terceirização**

A terceirização desenfreada, prevista no Projeto de Lei 4.302/1998, foi aprovada no Congresso Nacional e já sancionada pelo governo federal. Ela altera as relações de trabalho e vai trazer inúmeros impactos negativos. Os bancos estão entre os setores que mais lucram com a terceirização. Somente no setor financeiro, dos cerca de 1,5 milhão de trabalhadores no país, pelo menos 800 mil já são terceirizados.

O combate à terceirização sempre esteve na pauta de reivindicações dos empregados da Caixa e das entidades representativas. Uma das prioridades é o combate ao RH 037, que trata da contratação de bancários temporários e precisa ser revogado. Hoje, a terceirização se dá principalmente na área de call center, onde os trabalhadores também exercem funções de bancários, as chamadas atividades-fim.

## **6) Reforma Trabalhista**

A reforma trabalhista é outra ameaça aos direitos dos trabalhadores. Atinge a espinha dorsal da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e altera radicalmente o sistema de relações de trabalho no Brasil. O princípio de que “o negociado prevalece sobre o legislado” poderá induzir contratações em patamares inferiores aos estabelecidos pela legislação, fazer retroceder direitos, minar a representação sindical e limitar a atuação da Justiça do Trabalho.

Nesse cenário, a reforma trabalhista amplifica os vínculos flexíveis, pelo reforço das possibilidades de contratação de empregado temporário, aproximando-o da contratação do empregado com contrato por prazo determinado para atender alterações sazonais na demanda por produtos e serviços. O trabalho temporário terá prazo majorado para 120 dias e poderá ser exercido em regime de tempo parcial (30 horas), abrindo-se a possibilidade de pagamento de 6 horas extras semanais que serão compensadas por “banco de horas”.

Essas mudanças também incentivam a demissão de trabalhadores com carteira assinada, recontratados, posteriormente, como temporários. Essa prática também

amplia a rotatividade do emprego e rebaixa o salário, o que tem consequências na redução das receitas previdenciárias, seja pela redução da massa salarial, seja pela descontinuidade das contribuições dos trabalhadores, o que dificultará a comprovação dos 25 anos de carência para o acesso ao benefício. Uma constatação: essa combinação explosiva irá ocorrer em um cenário de baixo crescimento econômico.

### **7) Defesa dos Bancos Públicos**

É urgente acirrar a luta em defesa das empresas e dos bancos públicos, diante de uma conjuntura a favor do Estado mínimo. Estimular os trabalhadores das empresas, em especial a Caixa, a se apropriarem da discussão e multiplicar as informações é, sem dúvida, uma das medidas necessárias. Outra missão das entidades representativas é envolver a sociedade no debate, a fim de que ela entenda os riscos de enfraquecimento do patrimônio dos brasileiros.

A manutenção da Caixa 100% pública é essencial. O mesmo vale para o Banco do Brasil, BNDES, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, entre outros. Defender esse modelo é defender o Brasil, pois foi ele um dos grandes responsáveis pelo crescimento econômico e social do país e dos brasileiros a partir de 2003. Retroceder, jamais!

### **8) Funcef**

Na condição de terceiro maior fundo de pensão do país, a Funcef administra um patrimônio de R\$ 54 bilhões pertencentes aos 147 mil participantes. Hoje, diante da grave crise vivida pelo Brasil e devido a sucessivos deficits, a gestão da Fundação passa por algumas dificuldades, que colocam sob ameaça a garantia de um futuro confortável. A falta de transparência é um dos maiores empecilhos para fomentar o processo democrático conquistado pelos participantes, com base em muita luta e graças ao apoio e à pressão das entidades representativas.

No caso do REG/Replan Saldado e do Não-Saldado, o contencioso trabalhista é outra questão preocupante, respondendo por porcentagens contundentes do deficit. Daí ser cada vez mais urgente uma solução rápida para esse contencioso judicial, problema de responsabilidade da Caixa e que pode até inviabilizar a Fundação.

O movimento nacional dos empregados sempre reiterou sua posição histórica em defesa da Funcef e de seus participantes. É fundamental, portanto, que a Fundação tenha uma estrutura interna que possibilite segurança a todos os seus associados.

### **9) Aposentados**

Muitas são as reivindicações que constam na pauta dos aposentados da Caixa, que dedicaram anos de suas vidas à construção do banco e do país.

### **10) Mais Empregados**

A retomada das contratações pela Caixa é uma das principais reivindicações do movimento nacional dos trabalhadores do banco. Afinal, a realidade é de sobrecarga e adoecimento nas unidades de todo o país. No final de 2014, a empresa chegou a ter 101 mil empregados, mas hoje são menos de 95 mil, graças a uma equivocada política de redução do quadro de pessoal da Caixa.

No PDVE realizado neste ano, mais de 4.600 empregados deixaram o banco. Nos PAAs de 2015 e 2016, foram cerca de 5 mil. Enquanto isso, mais de 30 mil aprovados no concurso público de 2014 continuam aguardando convocação. Apesar da cobrança feita

inúmeras vezes, nas campanhas salariais e nas reuniões da mesa permanente, a direção do banco mantém a intransigência de não contratar ninguém, nem mesmo para repor as vagas deixadas por aqueles que se aposentaram.

### **11) Verticalização**

Esta é outra medida adotada pela direção da Caixa que reforça a estratégia de encolhimento do caráter social da empresa. Empregados, que prestam atendimento à população, estão sendo direcionados para a prospecção de clientes de alta renda e para a venda de produtos, repetindo a lógica das instituições privadas. A medida também precariza o atendimento à população e aos clientes e os segrega por faixa financeira.

A Caixa mudou o modelo de segmentação dos clientes Pessoa Física, que agora estão agrupados em quatro carteiras. Três serão alvo prioritário de relacionamento, e uma, chamada de "gente de valor", estará voltada para o "atendimento de varejo". Essa dinâmica tem a meta de estimular contas com clientes de alta renda. São mudanças prejudiciais à organização das unidades e ameaças de redução no número de funções.

### **12) Restruturação**

Implantada de forma unilateral pela direção da Caixa, a reestruturação tem promovido, sobretudo, o desmonte da função social da instituição. Medidas como a redução de funções e do número de empregados em agências impactam no atendimento feito pelos trabalhadores. O banco está redimensionando o número de empregados por agência e vinculando a nova quantificação à produtividade em vendas. Assim, as unidades que vendem pouco estão perdendo trabalhadores.

O processo começou em julho de 2016, com a extinção da função de caixa. No lugar, foi disponibilizado o serviço de caixa minuto, que não é suficiente para atender à demanda dos clientes. A reestruturação promoveu a fusão de unidades de matriz, com a migração de atividades operacionais para centralizadoras e filiais, com graves impactos para os empregados. A extinção de funções e redução de bancários por agência acaba por sobrecarregar ainda mais a categoria.